



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Oficial de Justiça**

**Direito**

Caderno de Prova, Cargo Z23, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Maio/2007

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**Duzentas gramas**

*Tenho um amigo que fica indignado quando peço na padaria “duzentas” gramas de presunto – já que a forma correta, insiste ele, é duzentos gramas. Sempre discutimos sobre os diferentes modos de falar. Ele argumenta que as regras de pronúncia e de ortografia, já que existem, devem ser obedecidas, e que os mais cultos (como eu, um cara que traduz livros) devem insistir na forma correta, a fim de esclarecer e encaminhar gente menos iluminada.*

*Eu sempre argumento que, quando ele diz que só existe uma forma correta de falar, está usurpando um termo de outro ramo, que está tentando aplicar a ética à gramática, como se falar corretamente implicasse algum grau de correção moral, como se dizer “duzentas” significasse incorrer numa falha de caráter, e dizer duzentos gramas fosse prova de virtude e integridade.*

*Ele vem então com aquela de que se pode desculpar a moça da padaria quando fala “duzentas”, pois ela desconhece a norma culta, mas quanto a mim, que a domino, demonstro uma falha de caráter ao ignorá-la em benefício dos outros – só para evitar o constrangimento de falar diferente. “Quem sabe fazer o bem e não o faz comete pecado” – parece concluir.*

*Eu reconheço, sim, que falo de forma diferente dependendo de quem seja meu interlocutor. Às vezes uso deliberadamente formas como “tentêmo” ou “vou ir”. Pelo mesmo motivo, todas as gírias e dialetos locais me interessam. Não que – por exemplo – a decisão de dizer “duzentas” gramas seja consciente, uma premeditação em favor da inclusão social. É que, algumas vezes, a coisa certa a se fazer – sobretudo na linguagem falada – é ignorar a norma, ou pervertê-la. Quando peço “duzentas gramas de presunto, por favor”, a moça da padaria invariavelmente repete, como que para extorquir minha profissão de fé à norma inculta:*

– DUZENTAS?

*– Duzentas, confirmo eu, já meio arrependido, mas caindo, ainda assim, em tentação.*

(Adaptado de Paulo Brabo, site **A bacia das almas**)

1. A posição do autor do texto em relação aos diferentes níveis de linguagem é a de quem,
  - (A) por desconhecer a norma culta, não pode mostrar constrangimento quando não fala corretamente.
  - (B) por dominar a norma culta, sente-se à vontade para deturpá-la, sem que haja qualquer razão para isso.
  - (C) mesmo dominando a norma culta, não hesita em transgredi-la, quando isso favorece a comunicação com os outros.
  - (D) por desconhecer a norma culta, despreza a presunção das pessoas que insistem em corrigir quem fala incorretamente.
  - (E) mesmo dominando a norma culta, desobedece-a sistematicamente, não importando a situação de uso da linguagem.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. A indignação do amigo deve-se ao fato de que o autor, que se apresenta como um homem culto, não domina as regras de pronúncia e de ortografia.
  - II. Para o amigo do autor, a desobediência à norma culta é sobremaneira indesculpável quando quem a infringe é aquele que não a desconhece.
  - III. O autor comunga com seu amigo a convicção de que o uso da norma culta beneficia o interlocutor que ainda não a conhece.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

  - (A) I, II e III.
  - (B) I e II, somente.
  - (C) II e III, somente.
  - (D) I e III, somente.
  - (E) II, somente.

3. No segundo parágrafo, a argumentação do autor diante da convicção do amigo quanto ao uso da linguagem pode ser assim resumida:
  - (A) Deve-se desculpar o pecado de quem insiste em falar ou escrever de modo incorreto.
  - (B) Não se deve confundir o plano da suposta correção da norma culta com o plano ético das virtudes pessoais.
  - (C) Mesmo quem desconhece a norma culta está virtualmente habilitado para um dia vir a dominá-la.
  - (D) Quem se vale da linguagem espontânea demonstra ser mais virtuoso do que aquele que se vale da norma culta.
  - (E) O desconhecimento da norma culta prejudica apenas a comunicação, mas não implica falta de caráter.

<p>4. De acordo com o contexto, é irônica a seguinte frase:</p> <p>(A) (...) <i>caindo, ainda assim, em tentação.</i></p> <p>(B) (...) <i>as regras de pronúncia e de ortografia (...) devem ser obedecidas (...)</i></p> <p>(C) (...) <i>pois ela desconhece a norma culta (...)</i></p> <p>(D) (...) <i>algumas vezes, a coisa certa a se fazer (...) é ignorar a norma (...)</i></p> <p>(E) (...) <i>todas as gírias e dialetos locais me interessam.</i></p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a construção <i>está usurpando um termo de outro ramo</i>, a forma verbal resultante será:</p> <p>(A) será usurpado.</p> <p>(B) está sendo usurpado.</p> <p>(C) tem sido usurpado.</p> <p>(D) está a usurpar.</p> <p>(E) terá sido usurpado.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, na passagem em que a moça da padaria pergunta “DUZENTAS?”, repetindo a palavra ouvida,</p> <p>(A) a atendente demonstra compartilhar a mesma indignação do amigo do autor.</p> <p>(B) o amigo do autor encontraria uma razão para mudar de idéia quanto às suas convicções lingüísticas.</p> <p>(C) o autor demonstra seu constrangimento ao ser imediatamente corrigido por uma atendente.</p> <p>(D) o autor faz crer que a pergunta teria sido um pedido de confirmação da forma verbal por ele utilizada.</p> <p>(E) a atendente demonstra sua satisfação em reconhecer o esforço do autor em se valer de uma linguagem espontânea.</p>	<p>8. O autor reconhece que ..... de forma diferente, mas isso ..... de quem ..... seu interlocutor.</p> <p>Haverá plena e adequada correlação entre tempos e modos verbais na frase acima caso as lacunas sejam preenchidas, respectivamente, por:</p> <p>(A) poderá vir a falar - teria dependido - fosse</p> <p>(B) poderia falar - dependerá - fosse</p> <p>(C) falava - dependia - venha a ser</p> <p>(D) falava - dependeu - seja</p> <p>(E) poderia falar - dependeria - viesse a ser</p>
<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente de acordo com a norma culta é:</p> <p>(A) Não se respondem aos argumentos contra determinado uso “incorreto” da língua propondo-se um outro critério de “correção”.</p> <p>(B) Se “duzentos gramas” fossem uma expressão empregada por todos, o autor poderia valer-se do caso da expressão “meio dia e meio”.</p> <p>(C) As formas que costumam cristalizar-se no uso cotidiano nem sempre são as que admite como “corretas” um defensor radical da norma culta.</p> <p>(D) São nos diversos níveis de linguagem que se pode avaliar a dimensão da riqueza e da expressividade de uma língua.</p> <p>(E) Quando se assistem a casos de supostos deslizos lingüísticos, deve-se indagar se estes prejudicam, de fato, o ato de comunicação.</p>	<p>9. <i>Ele argumenta que as regras de pronúncia e de ortografia, já que existem, devem ser obedecidas (...)</i></p> <p>Mantém-se o sentido fundamental da frase acima nesta outra redação, igualmente correta:</p> <p>(A) Uma vez que existem, as regras de pronúncia e de ortografia devem ser acatadas, pondera ele.</p> <p>(B) Ele considera que se devem obedecer as regras de pronúncia e de ortografia, conquanto existam.</p> <p>(C) À medida em que existem, as regras de pronúncia e de ortografia, segundo ele, devem ser observadas.</p> <p>(D) As regras de pronúncia e de ortografia, uma vez que existam, devem ser observadas, de acordo com ele.</p> <p>(E) Malgrado existam as regras de pronúncia e de ortografia, pondera ele, deve-se obedecê-las.</p>

<p>10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) “Tentêmo” ou “vou ir” são algumas das formas <u>em que</u> lanço mão, quando isso me convém.</p> <p>(B) As gírias e as expressões regionais são recursos expressivos <u>de cujos</u> me valho, vez ou outra.</p> <p>(C) A palavra <u>de que</u> a moça da padaria fez questão de repetir, para constrangimento meu, foi “duzentas”.</p> <p>(D) A norma culta, <u>a cujas</u> determinações nem todos se curvam, impõe parâmetros bastante rigorosos.</p> <p>(E) O caso da falha <u>em cuja</u> a moça da padaria incorreu é desculpável, segundo o amigo do autor.</p>	<p>13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>plural</b> para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) .....-se (<b>confiar</b>) aos usuários de uma língua a missão de conservá-la expressiva.</p> <p>(B) Nem sempre ..... (<b>convir</b>) a um bom escritor as submissões sistemáticas à norma culta.</p> <p>(C) Não se ..... (<b>atribuir</b>) à gente simples do povo a culpa pelos “pecados” lingüísticos que decorrem da falta de escolaridade.</p> <p>(D) Dos grande escritores não se ..... (<b>exigir</b>) o cumprimento ortodoxo das determinações gramaticais.</p> <p>(E) Quantas vezes não ..... (<b>cabem</b>) aos escritores subverter o que recomendam as normas gramaticais?</p>
<p>11. Já que as regras existem, <u>acatemos as regras</u>, pois <u>ignorar as determinações das regras</u> transforma quem <u>infringe as regras</u> numa espécie de pecador.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) as acatemos - ignorá-las as determinações - as infringe</p> <p>(B) acatemos-lhes - ignorar-lhes as determinações - lhes infringe</p> <p>(C) acatemo-las - ignorar suas determinações - as infringe</p> <p>(D) acatemo-las - ignorar-lhes as determinações - infringe-lhes</p> <p>(E) acatemos-lhes - ignorar suas determinações - infringe-as</p>	<p>14. É preciso <b>corrigir</b> falha(s) de pontuação na frase:</p> <p>(A) Há muito tempo existem, em várias culturas, essas divergências quanto ao que seja correto ou incorreto, quando se trata do uso de uma língua.</p> <p>(B) O autor se vale do uso de travessões – terá notado o leitor – para dar ênfase a determinados segmentos de suas frases.</p> <p>(C) Ao pedir “duzentas” gramas de presunto, o autor buscou, segundo ele próprio, fazer-se entender por quem o ouvia: a moça da padaria.</p> <p>(D) Não pratica nenhum crime, aquele que por desconhecer as normas da gramática, acaba por infringi-las.</p> <p>(E) Não obstante seja penoso, há situações em que é obrigatório atentar para as determinações da norma culta, nem sempre indiscutíveis, aliás.</p>
<p>12. Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Para muitos, as regras da norma culta não são fortúitas, pois elas reinteram as raízes mesmas da língua.</p> <p>(B) A extorção a que se refere o autor no final do texto corresponde a uma espécie de recaída em um pecado.</p> <p>(C) Quem fala e escreve na estrita observância da norma culta não recai nos deslises que acometem a linguagem espontânea.</p> <p>(D) O que mais obstrue a comunicação de muitos são a impropriedade lexical e a sintaxe mal cozida, desarticulada.</p> <p>(E) Concisa é a linguagem de quem não se mostra subserviente às falácias de um estilo artificioso.</p>	<p>15. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Já no título do texto estampa-se uma impropriedade lingüística que será analisada sob diferentes perspectivas.</p> <p>(B) O título do texto contém uma divergência sobre a qual muito se polemiza por se tratar de matéria na qual não há consenso.</p> <p>(C) Os falantes de uma língua exploram suas riquezas sem o rigor que costuma faltar a certas as preocupações gramaticais.</p> <p>(D) Ao passo que muitos especialistas alegam que a língua pertence a quem a fala, aos gramáticos cabe reivindicar o contrário.</p> <p>(E) Há quem se valha da liberdade que se arrogam os escritores para cometer erros que devem ser tomados como literários.</p>

**LEGISLAÇÃO APLICADA: LEI No 6.123 de 20.07.68 –  
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de  
Pernambuco**

16. A posse em cargo público deve satisfazer diversos requisitos. Nos cargos de provimento em comissão, se o nomeado NÃO for servidor público, são dispensados os seguintes requisitos:

- (A) ser brasileiro; estar no gozo dos direitos políticos e ser declarado apto em exame psicotécnico procedido por entidade especializada, quando exigido em lei ou regulamento.
- (B) ser brasileiro; estar no gozo dos direitos políticos e gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica.
- (C) gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica, e ser declarado apto em exame psicotécnico procedido por entidade especializada, quando exigido em lei ou regulamento.
- (D) estar quite com as obrigações eleitorais; gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica, e ser declarado apto em exame psicotécnico procedido por entidade especializada, quando exigido em lei ou regulamento.
- (E) ter atendido às prescrições de lei especial para o exercício de determinados cargos; estar quite com as obrigações eleitorais e gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica.

17. Quanto ao exercício do cargo, é INCORRETO afirmar que

- (A) a requerimento do interessado e a juízo do titular da Secretaria em que for lotado o funcionário, o prazo para o exercício do cargo poderá ser prorrogado por trinta dias.
- (B) a promoção não interrompe o exercício e o funcionário poderá ser posto à disposição de órgão da administração indireta.
- (C) o responsável pelo serviço, onde deva servir o funcionário, é competente para dar-lhe exercício.
- (D) o exercício do cargo terá início no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação oficial do ato, no caso de reintegração.
- (E) o funcionário pronunciado por crime comum ou denunciado por crime funcional não poderá ser afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.

18. O aproveitamento do funcionário público ocorre quando

- (A) da transferência, no caso de readaptação do funcionário para cargo mais compatível com a sua capacidade física ou intelectual, atendida a conveniência do serviço.
- (B) do retorno para o serviço público com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo, de funcionário demitido ou exonerado ilegalmente.
- (C) do retorno no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria ou por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- (D) do retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.
- (E) da elevação do funcionário, em caráter efetivo, à classe imediatamente superior à que pertence na respectiva série.

19. No que tange aos direitos e vantagens do funcionário público, considere as afirmativas abaixo.

- I. O funcionário que houver adquirido estabilidade só poderá ser demitido, mediante inquérito administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- II. A licença para tratamento de saúde deverá ser requerida no prazo de dez dias, a contar da primeira falta ao serviço.
- III. O funcionário estável, no caso de extinção ou declaração da desnecessidade do cargo pelo Poder Executivo, será posto em disponibilidade remunerada, com os proventos integrais.
- IV. O funcionário poderá ausentar-se do Estado para estudo, desde que autorizado pelo Governador e preenchidos os requisitos legais, pelo prazo de trinta meses, prorrogáveis por mais seis, para curso de mestrado.
- V. Antes da concessão da aposentadoria por invalidez, a autoridade deverá verificar a possibilidade de readaptação do funcionário.

É correto o que se afirma APENAS em:

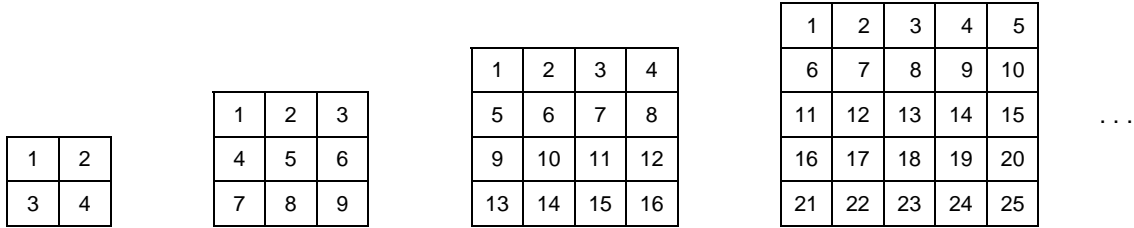
- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV e V.

20. Em relação à responsabilidade do funcionário público, é INCORRETO que

- (A) o funcionário que exerce irregularmente as suas atribuições poderá responder civil, penal e administrativamente.
- (B) o ressarcimento do prejuízo causado à Fazenda Pública Estadual restará prejudicado, em não havendo cobertura securitária e inexistindo bens que suportem a indenização.
- (C) a responsabilidade administrativa resulta de ação ou omissão do desempenho do cargo ou função e não será elidida pelo ressarcimento do dano.
- (D) a responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposos, que importe em prejuízo à Fazenda Estadual ou a terceiros.
- (E) responderá o funcionário perante a Fazenda Estadual em ação regressiva proposta após transitar em julgado a decisão que a houver condenado a indenizar o terceiro, no caso de dano causado a terceiro.

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

21. Observe a lei de formação usada para construir a seqüência de malhas quadriculadas abaixo.



Segundo essa lei, a posição que o número 169 ocuparia em uma malha  $15 \times 15$  é

- (A) 9ª linha e 14ª coluna.
- (B) 10ª linha e 8ª coluna.
- (C) 11ª linha e 6ª coluna.
- (D) 12ª linha e 4ª coluna.
- (E) 13ª linha e 5ª coluna.

22. Para todo número inteiro  $x$ , define-se uma operação  $\#$  como:  $x^\# = 2 - 3x$ . Nessas condições, o valor da expressão  $\left((-2)^\#\right)^\#$  é

- (A) -26
- (B) -22
- (C) -20
- (D) 22
- (E) 26

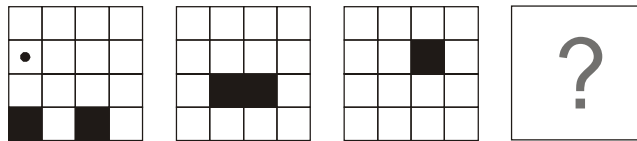
23. Considere a afirmação abaixo.

Existem funcionários públicos que não são eficientes.

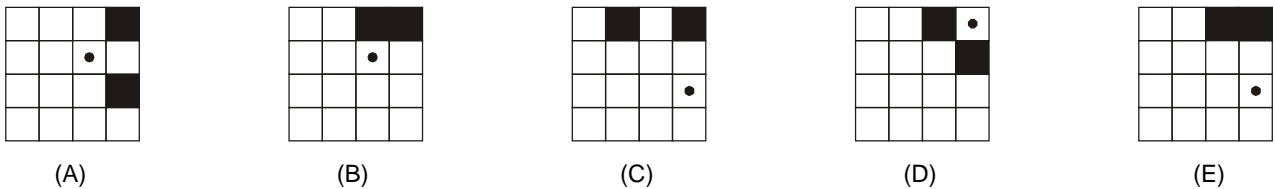
Se essa afirmação é FALSA, então é verdade que:

- (A) nenhum funcionário público é eficiente.
- (B) nenhuma pessoa eficiente é funcionário público.
- (C) todo funcionário público é eficiente.
- (D) nem todos os funcionários públicos são eficientes.
- (E) todas as pessoas eficientes são funcionários públicos.

24. A sucessão de figuras abaixo foi construída da esquerda para a direita segundo determinado padrão.



De acordo com esse padrão, a figura que completa a seqüência dada é



25. Suponha que exista uma pessoa que só fala mentiras às terças, quartas e quintas-feiras, enquanto que, nos demais dias da semana, só fala a verdade. Nessas condições, somente em quais dias da semana seria possível ela fazer a afirmação “Eu menti ontem e também mentirei amanhã.”?

- (A) Terça e quinta-feira.
- (B) Terça e sexta-feira.
- (C) Quarta e quinta-feira.
- (D) Quarta-feira e sábado.
- (E) Quinta-feira e domingo.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

**Atenção:** Para responder às questões de números 26 a 30 considere integralmente o enunciado dos itens abaixo.

**Item 1:** Um funcionário de um órgão judiciário recebe um documento escrito em MS-Word com diversos textos em vários parágrafos e elaborados em formatos distintos. Entretanto, o texto do primeiro parágrafo é definido como padrão de formatos de parágrafo e caractere e deve servir de modelo para todos os demais textos. Assim, depois de selecionar o texto padrão, ele deve escolher uma ferramenta e executar uma operação que o ajude a reproduzir a referida formatação para os demais parágrafos do modo mais adequado e abreviado possível.

**Item 2:** O mesmo funcionário é incumbido de elaborar a seguinte planilha, onde os resultados colocados na coluna **E** representam o acumulado da coluna **D**.

	A	B	C	D	E
1		4	3	2	2
2		1	0	5	7
3		9	8	7	14
4		13	12	11	25
5	Totais	27	23	25	

**Item 3:** O funcionário percebe que:

- I. pode entrar em diversos sites de acesso público;
- II. não consegue entrar em alguns sites de uso interno e exclusivo de outros órgãos;
- III. para acessar e ver quaisquer sites disponíveis ele pode usar um programa interpretador para ver as páginas na tela do microcomputador.

**Item 4:** O encarregado do departamento onde trabalha o funcionário sempre dá instruções específicas para:

- I. guardar, em mídia removível, uma cópia dos dados trabalhados no microcomputador;
- II. executar sempre programas de verificação de código malicioso nos arquivos ao “baixá-los” da internet ou copiá-los de outras mídias;
- III. contatar e pedir suporte técnico à empresa que lhe viabiliza a “navegação” pela internet bem como a conexão com outros computadores no mundo, sempre que tiver problemas de acesso aos sites ou problemas de envio/recebimento de e-mails por responsabilidade dela.

**Item 5:** Estando no MS-Windows, o funcionário:

- I. Observa que para organizar melhor seus arquivos ele pode criar e usar pastas para guardá-los, identificando-as por nome e data;
- II. Necessita modificar, em suas Opções regionais e de idiomas, o Símbolo da unidade monetária.

O ambiente operacional de computação disponível para realizar estas operações envolve o uso do MS-Windows, do MS-Office, das ferramentas Internet Explorer e de correio eletrônico, comumente escritas em versões do português do Brasil e em seus padrões originais mais atualmente utilizadas.

Obs.: Entenda-se por mídia removível disquetes, CD's e DVD's graváveis, Pen Drives (mídia removível acoplada em portas do tipo USB) e outras funcionalmente semelhantes.

26. No Item 1, o modo mais adequado e abreviado possível é
- (A) dar um duplo clique na ferramenta colar na barra de ferramentas padrão e usá-la sobre os demais textos.
  - (B) escolher copiar e colar do menu Editar.
  - (C) dar um duplo clique na ferramenta pincel na barra de ferramentas padrão e usá-la sobre os demais textos.
  - (D) dar um único clique na ferramenta formatar na barra de ferramentas padrão e usá-la sobre os demais textos.
  - (E) escolher recortar e colar do menu Editar.

27. No Item 2, sabendo que uma determinada fórmula colocada na célula E2 pode ser propagada para as células abaixo dela para reproduzir a acumulação, é correto afirmar que a fórmula utilizada é
- (A) =E1+D2
  - (B) =E\$1+D2
  - (C) =E1+D\$2
  - (D) =E1\$+D2
  - (E) =E1+D2\$

28. O Item 3, em seus subitens I, II e III, faz referências aos respectivos conceitos de
- (A) internet, correio eletrônico e intranet.
  - (B) internet, intranet e navegador.
  - (C) intranet, navegador e internet.
  - (D) intranet, internet e correio eletrônico.
  - (E) intranet, internet e navegador.

29. O Item 4, em seus subitens I, II e III, faz referências específicas e respectivas a
- (A) backup de segurança, antivírus e modem.
  - (B) Windows Explorer, navegador e modem.
  - (C) Painel de controle, servidor e provedor de acesso.
  - (D) backup de segurança, antivírus e provedor de acesso.
  - (E) interpretador, navegador e provedor de conteúdo.

30. No Item 4, em seus subitens I e II, o funcionário usa, respectivamente, o
- (A) Internet Explorer e o MS-Office.
  - (B) Internet Explorer e o Windows Explorer.
  - (C) Painel de controle e o Windows Explorer
  - (D) MS-Office e o Internet Explorer.
  - (E) Windows Explorer e o Painel de controle.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No que se refere ao princípio da inafastabilidade da jurisdição é certo que

- (A) a via administrativa funciona sempre com caráter obrigatório, motivo pelo qual a pessoa deve esgotar os meios extrajudiciais para, em seguida, ter acesso ao Judiciário.
- (B) não cabe, de regra, qualquer exigência de prévio pedido administrativo ou de esgotamento da via administrativa para a defesa de interesses individuais, coletivos ou difusos.
- (C) as decisões administrativas definitivas, tornadas irrecorríveis nessa esfera, não podem mais ser objeto de reexame pelo Poder Judiciário, em razão da economia processual.
- (D) não implica na vedação da cobrança de taxas e emolumentos judiciais em valores exagerados ou não razoáveis, ainda que pudessem acarretar significativa restrição do acesso ao Judiciário.
- (E) o legislador ordinário poderá, desde que presente o interesse público, restringir o acesso da pessoa física ou jurídica ao Judiciário, desde que por meios administrativos.

32. Tendo em vista a organização político-administrativa, observa-se que NÃO é prevista expressamente na Constituição a competência, dentre outras, da União de

- (A) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- (B) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- (C) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
- (D) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (E) explorar diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais ou lacustres.

33. As atribuições do Congresso Nacional consistente na prática de atos concretos, de autorizações, de aprovações, de sustação de atos, de fixação de situações, dentre outras, todas de sua competência exclusiva, vale dizer, sem a participação do Presidente da República, de acordo com as normas regimentais, são classificadas, tecnicamente, como atribuições

- (A) de fiscalização e controle.
- (B) constituintes.
- (C) meramente deliberativas.
- (D) de julgamento de crimes de responsabilidade.
- (E) legislativas.

34. No que se refere ao Poder Judiciário é certo que

- (A) a lei federal poderá criar, a Justiça Militar estadual, constituída por juizes federais e estaduais, mediante proposta do Tribunal de Justiça em decisão tomada por maioria absoluta de votos.
- (B) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares em sessão secreta, e sempre tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.
- (C) o ato de remoção e disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão tomada por unanimidade dos votos do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (E) a competência dos Tribunais de Justiça dos Estados será definida, com exclusividade, pela Constituição Federal, e suas decisões serão tomadas sempre por maioria qualificada de votos.

35. No que diz respeito do Ministério Público considere as afirmativas abaixo.

- I. Aos membros do Ministério Público é assegurada garantia da vitaliciedade, após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença transitada em julgado.
- II. O Conselho Nacional do Ministério Público escolherá, em votação pública um Corregedor regional, dentre membros do Ministério Público, juizes e advogados de notável saber jurídico, vedada a recondução.
- III. É atribuição institucional do Ministério Público, dentre outras, exercer funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com suas finalidades, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- IV. O Ministério Público deve observar, de regra, que durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Nessas situações, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



<p>36. O prefeito de uma cidade próxima a Olinda determinou a construção de uma praça nos arredores do loteamento de seu irmão, com o objetivo único de valorizá-lo perante o mercado imobiliário. Em razão desta situação, que visou fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência, o ato administrativo que determinou referida obra deverá ser, em tese,</p> <p>(A) anulado, com efeitos <i>ex nunc</i>, em virtude de vício quanto aos motivos.</p> <p>(B) revogado pelo Poder Judiciário, com efeitos <i>ex tunc</i>.</p> <p>(C) declarado nulo, administrativa ou judicialmente, por vício de finalidade.</p> <p>(D) convalidado pela própria Administração Pública, em razão da não observância de formalidades essenciais.</p> <p>(E) invalidado judicialmente por apresentar patente vício quanto ao objeto.</p>	<p>39. Com relação aos contratos administrativos, é correto afirmar que</p> <p>(A) todas as cláusulas dos contratos administrativos são fixadas mediante prévio acordo entre a Administração Pública contratante e o contratado.</p> <p>(B) quando conveniente a substituição da garantia da execução, os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente pelo contratado, sem necessidade de justificação prévia.</p> <p>(C) o contratante é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.</p> <p>(D) a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.</p> <p>(E) o fato do príncipe compreende qualquer conduta da Administração que, como parte contratual, torne impossível a execução do ajuste ou provoque seu desequilíbrio econômico.</p>
<p>37. No que tange ao Poder de Polícia, é correto afirmar que</p> <p>(A) a medida de polícia, como todo ato administrativo discricionário, não encontra limitações legais ou normativas.</p> <p>(B) possui caráter exclusivamente repressivo, já que se destina a reprimir atividades privadas nocivas ao interesse público.</p> <p>(C) dentre os seus atributos, a auto-executoriedade permite à Administração Pública distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e rever a atuação de seus agentes.</p> <p>(D) consiste na faculdade de que dispõe os órgãos públicos de apurar e punir internamente as faltas funcionais de seus servidores.</p> <p>(E) corresponde à atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.</p>	<p>40. O agente público pertencente a uma autarquia estadual, durante o exercício legal de suas funções, praticou determinado ato comissivo que ocasionou danos materiais a terceiro. Em virtude deste fato, o particular atingido pela conduta lesiva ao seu patrimônio</p> <p>(A) poderá pleitear a reparação dos danos sofridos com base na teoria da responsabilidade objetiva do Estado, sob a modalidade do risco administrativo.</p> <p>(B) não poderá ser ressarcido dos prejuízos eventualmente sofridos, posto que a ação do agente obedeceu aos ditames legais.</p> <p>(C) deverá acionar diretamente o agente público, que responderá de forma objetiva, com base no risco integral.</p> <p>(D) será ressarcido dos prejuízos apenas se demonstrar a culpa do agente público e a omissão do Estado em fiscalizar seus servidores.</p> <p>(E) poderá recorrer ao Poder Judiciário visando a reparação dos prejuízos suportados, com base na teoria da responsabilidade subjetiva do Estado, sob a modalidade do risco integral.</p>
<p>38. No que se refere aos agentes públicos, é certo que, uma pessoa ao ser convocada para prestar serviços de mesário eleitoral, exercerá suas funções na qualidade de agente</p> <p>(A) político, podendo receber um <i>pro labore</i> e contar o período de trabalho como de serviço público.</p> <p>(B) honorífico, sem qualquer vínculo empregatício ou estatutário.</p> <p>(C) administrativo voluntário, sujeito às normas estatutárias e equiparado aos funcionários públicos para fins penais e civis.</p> <p>(D) credenciado, que representa o órgão público eleitoral em determinado ato de caráter transitório.</p> <p>(E) delegado, uma vez que recebe a incumbência da execução de determinada atividade pública de interesse coletivo.</p>	<p>41. Considere as afirmativas abaixo sobre prescrição e decadência.</p> <p>I. A renúncia da prescrição só poderá ser expressa, e produzirá efeitos sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.</p> <p>II. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.</p> <p>III. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.</p> <p>IV. Em regra, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita os outros, seja a obrigação divisível ou indivisível.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>

<p>42. A obrigação de indenizar surge diante da prática de ato ilícito, que cause dano a outrem. No que concerne à responsabilidade civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) a responsabilidade civil é dependente da criminal, podendo-se, inclusive, questionar sobre quem seja o autor do fato, se esta questão se achar decidida no juízo criminal.</p> <p>(B) o empresário individual responde, desde que comprovada sua culpa, pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.</p> <p>(C) o incapaz, em regra, responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo.</p> <p>(D) aquele que demandar, pedindo mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado.</p> <p>(E) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.</p>	<p>45. Com relação à vigência e aplicação da lei no tempo e no espaço é correto afirmar:</p> <p>(A) as correções a texto de lei já em vigor, em regra, não são consideradas lei nova, tratando-se de meras correções.</p> <p>(B) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o Brasil sessenta dias depois de oficialmente publicada.</p> <p>(C) a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, em regra, revoga ou modifica a lei anterior.</p> <p>(D) em qualquer hipótese a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, por expressa determinação legal.</p> <p>(E) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para início da vigência começará a correr da nova publicação.</p>
<p>43. Nos termos preconizados pelo Código Civil são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil</p> <p>(A) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.</p> <p>(B) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>(C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>(D) os viciados em tóxicos com discernimento reduzido.</p> <p>(E) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.</p>	<p>46. No que concerne à resposta do réu, considere:</p> <p>I. A desistência da ação, ou a existência de qualquer causa que a extinga, não obsta o prosseguimento da reconvenção.</p> <p>II. O ônus da impugnação específica dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.</p> <p>III. Pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor, quando este demandar em nome de outrem.</p> <p>IV. Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para resposta para os demais réus correrá da juntada dos autos do mandado de citação devidamente cumprido.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>44. No que concerne ao negócio jurídico é correto afirmar:</p> <p>(A) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.</p> <p>(B) basta a existência de agente capaz e objeto lícito, determinado ou determinável, para a validade do negócio jurídico.</p> <p>(C) a incapacidade relativa de uma das partes, em regra, pode ser invocada pela outra em benefício próprio.</p> <p>(D) a validade da declaração de vontade dependerá, em regra, de forma especial, em razão da subjetividade existente.</p> <p>(E) em regra, a manifestação de vontade não subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou.</p>	<p>47. O juiz</p> <p>(A) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, por expressa determinação legal.</p> <p>(B) decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.</p> <p>(C) poderá, no julgamento da lide, recorrer à analogia e aos costumes, sendo, porém, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da equidade.</p> <p>(D) apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, exceto se não alegados pelas partes.</p> <p>(E) terá considerada fundada a sua suspeição de parcialidade quando for cônjuge de alguma das partes.</p>

<p>48. A citação</p> <p>(A) não será realizada, em regra, a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.</p> <p>(B) será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, inclusive, nas ações de estado.</p> <p>(C) será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, inclusive, nos processos de execução.</p> <p>(D) será feita por hora certa quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio, sem o encontrar.</p> <p>(E) inicial do réu é indispensável para a validade do processo, e, sendo assim, o comparecimento espontâneo do réu não supre a falta de citação.</p>	<p>51. Em tema de relação de causalidade, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) concausa superveniente absolutamente independente é aquela que nenhuma ligação tem com o procedimento inicial do agente.</p> <p>(B) a omissão é penalmente irrelevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, tornando-se uma “não causa” a isentar o agente de responsabilidade.</p> <p>(C) concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, é a que forma novo processo casual, que se substitui ao primeiro, não estando em posição de homogeneidade com o comportamento do agente.</p> <p>(D) caso fortuito equivale a uma “não causa”, pois impede a tipificação de qualquer fato humano a que o resultado lesivo poderia prender-se, por ser causa independente.</p> <p>(E) o Código Penal adotou a teoria da equivalência dos antecedentes causais, pelo qual tudo quanto concorre para o evento é causa.</p>
<p>49. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos básicos exigidos no Código de Processo Civil, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 10 dias. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz</p> <p>(A) suspenderá o processo por 60 dias, prorrogável por mais 30.</p> <p>(B) suspenderá o processo por 30 dias, prorrogável por mais 30.</p> <p>(C) suspenderá o processo por 90 dias, prorrogável por mais 60.</p> <p>(D) julgará extinto o processo com resolução de mérito.</p> <p>(E) indeferirá a petição inicial.</p>	<p>52. Quanto ao dolo e a culpa é correto afirmar que</p> <p>(A) a forma típica da culpa é a culpa inconsciente, em que o resultado previsível não é previsto pelo agente. É a culpa sem previsão.</p> <p>(B) no dolo eventual, o evento é previsto, mas o agente confia em que não ocorra; já na culpa consciente, o resultado não é previsto, mas o agente se conduz de modo a assumir o risco de produzi-lo.</p> <p>(C) no caso de dois agentes concorrerem culposamente para um resultado ilícito, nenhum deles responderá pelo fato, diante da teoria da compensação de culpas adotada pelo nosso ordenamento penal.</p> <p>(D) o dolo direto ou determinado compreende o dolo eventual e o dolo alternativo, no qual o agente quer um ou outro entre dois ou mais resultados.</p> <p>(E) no crime culposos o agente realiza uma conduta involuntária que produz um resultado não querido, imprevisível e excepcionalmente previsível, que podia, com a devida atenção, ser evitado.</p>
<p>50. Ocorrendo a revelia, o autor</p> <p>(A) não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 10 dias.</p> <p>(B) poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, independentemente de promover nova citação do réu, uma vez que já ocorreram os efeitos da revelia.</p> <p>(C) não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, ainda que promova nova citação do réu, uma vez que já ocorreram os efeitos da revelia.</p> <p>(D) não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, salvo promovendo nova citação do réu, a quem será assegurado o direito de responder no prazo de 15 dias.</p> <p>(E) poderá alterar o pedido, mas não a causa de pedir, independentemente de promover nova citação do réu, uma vez que já ocorreram os efeitos da revelia.</p>	<p>53. Quanto ao erro sobre os elementos do tipo, o erro determinado por terceiro, o erro sobre a pessoa e o erro sobre a ilicitude do fato, tratados no Código Penal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o erro do agente sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.</p> <p>(B) é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse tornaria a ação legítima.</p> <p>(C) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena o agente.</p> <p>(D) não há isenção de pena quando o erro deriva da culpa e o fato é punível como crime culposos.</p> <p>(E) o erro sobre o elemento constitutivo do tipo legal do crime, não exclui o dolo, mas impede a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.</p>

<p>54. Em relação aos crimes contra a administração pública, é correto afirmar que</p> <p>(A) no crime de resistência, o dolo é a vontade de se opor à execução do ato, mediante violência ou ameaça, mas é dispensável que o agente tenha consciência de que está resistindo a ato legal do funcionário, sendo que o erro quanto à legalidade do ato, ainda que culposo, não exclui o dolo.</p> <p>(B) no peculato o sujeito ativo é o funcionário público, como também o particular que não se reveste dessa qualidade e que concorre para o crime, conhecendo ou não a condição do agente.</p> <p>(C) na concussão, o agente solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceita promessa de tal vantagem.</p> <p>(D) para os efeitos penais, equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.</p> <p>(E) para a caracterização do crime de desacato é irrelevante que o fato ocorra na presença do funcionário público, configurando o ilícito ainda quando a ofensa lhe é dirigida em documento, por telefone, por e.mail ou outro meio.</p>	<p>57. A lei processual penal</p> <p>(A) obriga a repetição dos atos praticados anteriormente à sua vigência.</p> <p>(B) não admite interpretação extensiva.</p> <p>(C) não admite interpretação analógica.</p> <p>(D) não admite o suprimento dos princípios gerais de direito.</p> <p>(E) tem, de regra, aplicação imediata.</p> <hr/> <p>58. Na ação penal pública, são sujeitos da relação processual o</p> <p>(A) juiz e o acusado, apenas.</p> <p>(B) juiz e o Ministério Público, apenas.</p> <p>(C) juiz, o Ministério Público e o acusado, apenas.</p> <p>(D) Ministério Público e o acusado, apenas.</p> <p>(E) juiz, o Ministério Público, o acusado e o ofendido.</p>
<p>55. O Prefeito Municipal que for denunciado por crime de responsabilidade (Decreto-lei nº 201/67), está sujeito, dentre outras, a sanção política consistente em</p> <p>(A) inabilitação, pelo prazo de seis anos, para o exercício de cargo ou função pública eletivo, salvo de nomeação, decorrente de sua condenação definitiva administrativa ou judicial não transitada em julgado.</p> <p>(B) suspensão do mandato e inabilitação, pelo prazo restante do mandato, para o exercício de cargo eletivo, decorrente de sua condenação não transitada em julgado.</p> <p>(C) perda do mandato e inabilitação, pelo prazo de oito anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, decorrente de sua condenação definitiva.</p> <p>(D) cassação dos direitos políticos, pelo prazo de dez anos, para o exercício de cargo ou função pública eletivo, salvo de nomeação em comissão, decorrente de sua condenação judicial ou administrativa definitiva.</p> <p>(E) <i>impeachment</i>, pelo prazo de doze anos, para o exercício do mesmo cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, decorrente de sua condenação judicial e administrativa definitiva.</p>	<p>59. A notificação do acusado para, nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, responder por escrito dentro do prazo de 15 dias</p> <p>(A) deve ser feita antes do recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa.</p> <p>(B) dispensa citação deste para interrogatório.</p> <p>(C) só pode ter lugar após o recebimento da denúncia e antes do interrogatório.</p> <p>(D) é desnecessária se o réu tiver constituído advogado nos autos.</p> <p>(E) ocorrerá no ato do seu interrogatório.</p>
<p>56. A ação penal privada subsidiária pode ser ajuizada</p> <p>(A) pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se o Ministério Público requerer a devolução do inquérito à polícia para novas diligências.</p> <p>(B) pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial.</p> <p>(C) pelo Ministério Público se esta não for intentada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo no prazo legal.</p> <p>(D) pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se esta não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal.</p> <p>(E) pelo Ministro da Justiça nos casos em que a propositura desta dependa da sua requisição.</p>	<p>60. Considere:</p> <p>I. Representação do ofendido.</p> <p>II. Requisição do Ministro da Justiça.</p> <p>III. Inquérito policial.</p> <p>É considerada condição de procedibilidade da ação penal pública condicionada o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>